

MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

Termo de Referência 114/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
114/2025	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO	05/01/2026 17:13 (v 0.35)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		086/2025

1. Definição do objeto

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios do gênero não perecíveis, necessários para garantir o fornecimento adequado de alimentos essenciais para a preparação das refeições, atendendo às necessidades alimentares dos pacientes do Hospital da Vida e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ambas as unidades geridas pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (FUNSAUD), de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD
1	307147	ÁGUA DE COCO produzida exclusivamente com água de coco natural; não fermentada, com cheiro e sabor próprios, acondicionado em embalagens de 200 ml.	Caixa	700
2	446701	IOGURTE com polpa de frutas sabores variados, obtido pela fermentação do leite (pasteurizado ou esterilizado), por fermentos lácteos próprios, adicionado de açúcar ou polpa/suco de fruta, com corante natural e aroma idêntico ao natural isento de edulcorantes artificiais, acondicionados em embalagens plásticas, frasco de 170 ml.	Frasco	500
3	279262	CANJICA DE MILHO - acondicionada em embalagem de 500 g, AMARELA.	Pacote	300

1.2. Da natureza do objeto

- 1.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 786, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

1.3. Da modalidade de contratação

1.3.1. Será adotada a **modalidade Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a regularidade, a economicidade e a eficiência na execução do objeto, considerando a natureza contínua da demanda.

1.3.2. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar**, em conformidade com o art. 4º do Decreto Municipal nº 2.881, de 15 de janeiro de 2024, em razão da natureza imprevisível da demanda. Esse procedimento possibilita a aquisição de forma parcelada, de acordo com as necessidades que surgirem durante o período de 12 (doze) meses, tendo em vista que o setor demandante não dispõe de local adequado para armazenamento e não é possível prever o quantitativo exato a ser adquirido, o que torna a contratação por meio do SRP a alternativa mais viável e eficiente.

1.4. Do tratamento diferenciado e da exclusividade

1.4.1. Este processo **não será exclusivo** para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. A decisão fundamenta-se no fato de que os itens deste certame restaram **fracassados no certame anterior pregão nº 90.033/2025**, motivo pelo qual a não aplicação da exclusividade se mostra necessária para ampliar a competitividade e assegurar maior economicidade à Administração.

1.5. Da vedação à participação em consórcio

1.5.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência **não será permitida**, em razão da complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

1.6. Da vedação à participação de Cooperativas

1.6.1. Justifica-se a **não aceitação de participação de cooperativas** pelas razões de que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

1.7. Da subcontratação

1.7.1. Considerando a adjudicação por item, é vedada a subcontratação no presente objeto.

1.8. Do critério de julgamento

1.8.1. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**.

1.9. Modo de Disputa

1.9.1. O modo de disputa da presente contratação de acordo com o Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.129/2023, nos termos do inciso VIII, do artigo 16 do Decreto Municipal nº 2.120/2023 **será aberto e fechado**.

1.10. Do intervalo entre lance

1.10.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta pelo menos **R\$ 0,01 (Um Centavo)**.

1.11. Da ATA de Registro de Preço

1.11.1. Da adesão a ATA de Registro de Preço, onde um órgão público que não participou da licitação pode solicitar a adesão à ARP para contratar diretamente com os fornecedores registrados, aproveitando os mesmos preços e condições estabelecidas em edital.

1.11.2. Nesse processo licitatório, **não será admitida a adesão à ata** de registro de preços.

1.11.3. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a FUNSAUD, através do setor de Contratos.

1.11.4. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste TR será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso; ou até o término das quantidades registradas, de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/2021 e art. 19 §1º do Decreto Municipal 2881/2024.

1.11.5. Na prorrogação do prazo de vigência, as quantidades registradas poderá ser renovadas, visto que os quantitativos dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência foram avaliados no planejamento da contratação, em especial no tocante à economia de escala e às diretrizes do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.11.5.1. Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de produtos alimentícios do gênero **não perecíveis**, destinados às unidades administradas pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD, especialmente o Hospital da Vida e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Tais itens são essenciais para a elaboração das refeições diárias servidas aos pacientes, acompanhantes e servidores, compondo parte fundamental das rotinas assistenciais e contribuindo diretamente para a manutenção de dietas equilibradas, adequadas e compatíveis com as necessidades nutricionais específicas de cada indivíduo em tratamento.

2.2. O abastecimento regular desses produtos é indispensável para garantir segurança alimentar, continuidade dos serviços e condições adequadas de atendimento, considerando que a alimentação hospitalar integra o cuidado clínico e influencia diretamente nos processos de recuperação e restabelecimento da saúde dos pacientes.

2.3. Ressalta-se que o **último certame destinado à contratação do mesmo objeto restou fracassado**, impossibilitando a aquisição necessária para recomposição dos estoques. Tal situação reforça a urgência da contratação e evidencia a necessidade de ampliação da competitividade para atingir resultado efetivo. Assim, torna-se imprescindível a abertura de novo procedimento licitatório, com ajustes que favoreçam a ampla participação e que assegurem a contratação mais vantajosa para a Administração.

2.4. A adoção do **Pregão Eletrônico**, aliado ao **Sistema de Registro de Preços**, fundamenta-se nos arts. 28, 31 e 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Decreto Federal nº 10.024/2019 e no Decreto Municipal nº 2.881/2024. Essa combinação permite atender às demandas variáveis das unidades assistenciais, viabilizando entregas parceladas e otimizadas, reduzindo riscos de perdas, evitando desabastecimento e promovendo maior economicidade.

2.5. Dessa forma, a contratação ora proposta demonstra-se **necessária, adequada e proporcional**, uma vez que assegura a continuidade dos serviços de alimentação hospitalar, atende às rotinas assistenciais, garante condições mínimas de segurança alimentar e contribui para a qualidade dos serviços prestados aos usuários da rede FUNSAUD.

3. Descrição da solução

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis, a fim de atender a uma demanda contínua, essencial e rotineira da Administração. Considerando a natureza desses materiais que exigem abastecimento regular, controle de qualidade e adequada logística de entrega, optou-se pela adoção do Pregão Eletrônico, regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, aliado ao procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP).

3.2. A escolha dessa modelagem assegura maior economicidade, eficiência e transparência, uma vez que possibilita a aquisição conforme a necessidade real de consumo, evitando a formação de estoques excessivos, perecimento de produtos e desperdício de recursos públicos. Além disso, o SRP amplia a competitividade ao permitir a participação de um maior número de fornecedores, favorecendo condições vantajosas de preço, continuidade no fornecimento e flexibilidade ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

3.3. Dessa forma, a solução escolhida se mostra a mais adequada para atender às demandas institucionais, garantindo o abastecimento regular, a segurança alimentar e a otimização dos gastos públicos.

4. Requisitos da contratação

4.1. A avaliação será realizada pela área requisitante, que deverá assegurar que os produtos alimentícios não perecíveis atendam às especificações descritas no item licitado. A análise poderá ocorrer com base na documentação técnica apresentada, conforme estipulado no Termo de Referência. Ressalta-se que, além da qualificação técnica para a seleção da proposta, o licitante deverá atender às demais exigências previstas no Edital, incluindo habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como qualificação econômico-financeira.

4.2. Os produtos deverão obedecer às seguintes condições de qualidade:

- a)** Os produtos deverão ser entregues em embalagens primárias (kits, frascos, pacotes, caixas etc.), contendo número do lote, data de fabricação, data de validade e denominação do produto, conforme edital e legislação vigente.
- b)** Não serão aceitos produtos com embalagens individuais violadas, danificadas ou fora de sua embalagem original.
- c)** Todos os produtos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo rótulo com informações obrigatórias em língua portuguesa, incluindo: número do lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico e número de registro no Ministério da Saúde ou órgão competente, conforme legislação aplicável.
- d)** Quando exigido, os produtos deverão possuir certificação do INMETRO e estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item. A comprovação deverá ocorrer por meio do Selo de Identificação de Conformidade do INMETRO, fixado na embalagem ou no próprio produto.
- e)** Os produtos não deverão apresentar resíduos de substâncias nocivas à saúde, mau estado de conservação, sabor ou odor incompatíveis com as características próprias do item.
- f)** Não serão aceitos produtos deteriorados, danificados ou em desacordo com a especificação do edital.
- g)** No ato da entrega, os produtos somente serão aceitos se apresentarem, no máximo, 1/3 de vida útil consumida, considerando a data de fabricação.

4.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, de modo a evitar danos, alterações físicas ou variações estruturais durante o transporte.

4.4. O recebimento dos produtos não perecíveis ocorrerá em conformidade com o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. A entrega dos produtos será realizada conforme solicitação da FUNSAUD, de acordo com sua necessidade e programação interna.

4.6. O fornecedor deverá fornecer rigorosamente os itens especificados no Pedido de Licitação, no contrato e na nota de empenho, observando as quantidades e características requeridas, sob pena de rejeição imediata dos itens entregues em desacordo.

4.7. Os produtos que possuírem recomendações específicas do fabricante quanto à conservação em temperatura controlada deverão ser transportados exatamente conforme tais orientações.

4.8. Serão recusados os produtos que não atendam às especificações constantes deste processo de compra e/ou que não apresentem condições adequadas de uso.

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local para entrega dos itens. Requisitos Temporais.

4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.11. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. O prazo para a entrega dos Produtos Não Perecíveis é de **05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da ordem de fornecimento.

5.2. A contratada deverá seguir o seguinte cronograma de entrega estabelecido pela Contratante:

5.2.1. Duas vezes por semana (terça e quinta-feira) nos horários das 7:30h às 10:30h e 13:30h às 16:30h;

5.2.2. Os Produtos Não Perecíveis deverão seguir o cronograma de entrega estabelecido pela Contratante, duas vezes por semana (terça e quinta-feira) nos horários estipulados entre 7:30h às 10:30h e 13:30h às 16:30h, nos seguintes endereços, Hospital da Vida, na Rua Toshinobu Katayama, nº 949 CEP: **79806-030**, Jardim Caramuru – Dourados/MS e na UPA 24h, na Rua Frei Antônio, Nº 3675 CEP: 79840-61 – Bairro Terra Roxa II Dourados – MS.

Da Entrega

5.3. A solicitação dos produtos será realizada através da Ordem de Fornecimento (OF), que é o documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem executadas.

5.4. A Ordem de Fornecimento (OF) será enviada à Contratada via e-mail ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.

5.5. Os produtos deverão ser primeira qualidade, devidamente identificados, com acondicionamento apropriado, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

5.6. Os Produtos Não Perecíveis entregues deverão estar estritamente em conformidade com aquele que foi contratado, não sendo aceito aquele que estiver em desacordo com as especificações licitadas.

5.7. Os Produtos Não Perecíveis deverão ser entregue conforme preconiza a legislação, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, sendo que a falta do mesmo implicará no não recebimento.

5.8. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos que porventura sejam entregues com machucados /estragados/danificados ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

5.9. A Contratada arcará com todas as despesas dos impostos, taxas, entre outras necessárias, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos e deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade dos produtos contratados.

5.10. Os produtos devem ser entregues em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), devidamente acompanhados dos documentos abaixo relacionados.

5.11. Quando da entrega dos itens, a Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos:

5.11.1. 01 (uma) via da Ordem de Fornecimento (OF) encaminhada pelo Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado, dela devendo constar o número do Contrato, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais;

5.11.2. Nota Fiscal e/ou Fatura gerada pelo fornecimento do produto entregue solicitada na Ordem de Fornecimento (OF). Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na OF pelo Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega do produto solicitado, os quais serão analisados pela unidade requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

5.11.3. Junto com a documentação supracitada, deverá apresentar a comprovação de regularidade perante o Sistema da Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada e relativa a débitos trabalhistas, todas dentro do prazo de validade, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

5.11.4. A falta de um dos documentos solicitados poderá implicar no não recebimento do produto e, consequentemente, da Nota Fiscal e/ou Fatura.

Do Transporte

5.12. As despesas com o frete, transporte e demais custos advindos da entrega dos itens no local indicado pelo Contratante, correrão por conta da Contratada, ficando a cargo da Contratada, ainda, as despesas com remoção dos produtos fornecidos caso tenham que ser substituídos, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

5.13. Na execução do transporte deverão ser obedecidos os critérios adequados para sua realização, de modo a não afetar a qualidade do produto, e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.

5.14. O produto que apresentar recomendações preconizadas pelo fabricante deverá ser transportado nessas condições e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.

Recebimento e aceitação do objeto

5.15. Os produtos serão recebidos por servidores da FUNSAUD de acordo com o item 5.2 deste Termo de Referência, a cargo da nutricionista RT UPA **Lucimar da Rosa Dutra.**

5.16. A FUNSAUD reserva-se no direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com os descritivos solicitados neste Termo de Referência.

5.17. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.

5.18. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

5.19. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

5.20. Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste Processo Licitatório.

Garantia da contratação

5.21. Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do item adquirido.

Obrigações Do Contratante e Contratado

5.22. São obrigações do Contratante, além das previstas na lei 14.133/2021 (art. 92, X, XI e XIV):

5.22.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

5.22.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.22.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

5.22.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

5.22.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições.

5.22.6. estabelecidos no presente Termo de Referência. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

5.22.7. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

5.22.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.22.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

5.22.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.22.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.22.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.23. São obrigações do Contratado, além das previstas na lei 14.133/2021 (art. 92, XIV, XVI e XVII):

5.23.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.23.2. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

5.23.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.23.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.23.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.23.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos impróprios para consumo entregues;

5.23.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.23.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.23.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

5.23.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência ano mal ou acidente que se verifique durante execução do objeto contratual.

5.23.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.23.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

5.23.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

5.23.14. Comprovar caso seja solicitado a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

5.23.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; . Realizar as entregas conforme estipulado no Termo de Referência.

5.23.16. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

5.23.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.23.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.23.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

5.23.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.23.21. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A FUNSAUD poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Gestão do contrato

6.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9. Em caso de necessidade de ação imediata, a contratante poderá convocar um representante da contratada. A contratada deverá, previamente, designar um responsável para executar as providências solicitadas.

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.12. Fiscalização Técnica

6.12.1. As atividades do fiscal técnico serão conduzidas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 21 do Decreto Municipal nº 2.097,6.8. de 23 de março de 2023. Este artigo define que o fiscal técnico tem como atribuição principal o acompanhamento detalhado da execução do objeto contratual, assegurando que os serviços ou produtos entregues atendam aos requisitos técnicos especificados no contrato.

6.12.2. A Fiscalização Técnica ficará a cargo da **Lucimar da Rosa Dutra, nutricionista RT UPA.**

6.13. Fiscalização Administrativa

6.13.1. As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

6.13.2. A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino** e **Gisele Manvailer Silva**.

6.14. Gestor do Contrato

6.14.1. As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

6.14.2. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos **Leila Lara Silva Escobar Tavares**

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes o recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias cor, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), de correção monetária.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do reajuste

7.22. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.

7.23. Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.24. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.25. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.26. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.27. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.28. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.29. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica: Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.2.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.2.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.2.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.7. Caso não declarado em campo próprio do sistema, será solicitado declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.

8.3.8. Caso não declarado em campo próprio do sistema, será solicitado declaração de Não emprego de menores.

8.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.10. Caso não declarado em campo próprio do sistema, será solicitado da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

8.3.10.1. A declaração apresentada deverá ser mantida válida durante toda a execução contratual, cabendo à contratada garantir o cumprimento efetivo das obrigações legais relativas à reserva de cargos.

Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Será exigida Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.4.1.1. A exigência da Certidão Negativa de Falência acima é razoável uma vez que visa demonstrar a aptidão do fornecedor para cumprir as obrigações decorrentes do futuro ajuste, atende o disposto nos artigos 69 e 70, III, da Lei 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.5.1. ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA, em vigor emitida pela autoridade sanitária municipal ou estadual (documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante), conforme o caso, segundo o que dispõe a Portaria nº 2814 /GM de 29 de maio de 1998 Gabinete Ministerial/Ministério da Saúde:

a) Quando se mostrar inviável a apresentação do documento em questão, será admitida a apresentação de documento comprovando a renovação/prorrogação do prazo de validade do ALVARÁ/LICENÇA SANITÁRIA. Na ocorrência desta situação, a licitante deverá apresentar além do documento que esteja vencido, o outro documento que comprove a renovação/prorrogação do prazo de validade de seu documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária).

b) Quando se tratar de empresa recém constituída será admitida a apresentação do protocolo de solicitação do documento (Alvará Sanitário ou Licença sanitária competente). Neste caso, o documento deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis.

c) Nos casos em que a empresa licitante seja considerada isenta da apresentação do Alvará Sanitário ou da Licença Sanitária, a isenção deverá ser comprovada por meio de documento hábil.

d) A não apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) ou ainda da declaração ou protocolo de entrada /renovação, fará presumir que a licitante não possui o documento, ou que não possui condições de revalidação, o que poderá ser motivo da inabilitação da participante.

e) Os termos, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária significam a mesma coisa. A previsão das duas nomenclaturas se dá tão somente pelo fato de que há divergências de designação por localidade, contudo, a licitante deverá ter em mente que deverá apresentar um documento que comprove que ela adota as medidas cabíveis de asseio e vigilância sanitária no acondicionamento ou manuseio de seus produtos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.210,00

9.1. Os valores estimados mostram-se compatíveis com aqueles praticados no mercado, conforme demonstrado pelas pesquisas de preços realizadas e pela Planilha de Orçamento Médio, ambas anexadas aos autos deste processo, atendendo ao art. 23, §§1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, que determinam a necessidade de estimativa prévia de preços mediante utilização de fontes válidas e diversificadas.

9.2. As pesquisas de preços foram conduzidas em conformidade com o Decreto Municipal nº 787/2021, que estabelece os procedimentos administrativos para levantamento de valores na contratação de bens e serviços no âmbito do Município de Dourados, suas autarquias e fundações, observando-se os critérios de amplitude, confiabilidade e rastreabilidade das informações coletadas.

9.3. Para garantir estimativa robusta, fidedigna e aderente ao mercado, foram consultadas diversas fontes, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, incluindo: **Portal ComprasGov/PNCP** (consultas de atas vigentes e painéis de preços); **Banco de Preços** reconhecido no mercado; **Mídias especializadas do setor**; **Cotações obtidas diretamente com empresas do ramo**.

9.3.1. A utilização de múltiplas fontes foi especialmente necessária em razão do insucesso dos certames anteriores (itens desertos e fracassados), situação que demonstra baixa competitividade e forte variação de mercado, justificando abordagem mais abrangente e criteriosa na estimativa atual.

9.4. Os valores obtidos foram submetidos ao tratamento estatístico adequado, com cálculo de média simples, desvio padrão, limites superior e inferior, permitindo a identificação de possíveis preços discrepantes. Ao final, foi apurada a **média saneada**, com exclusão de valores fora dos limites aceitáveis, garantindo maior precisão, eficiência e aderência à realidade de mercado, conforme recomendado pelas boas práticas de contratação pública e pelos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	307147	ÁGUA DE COCO produzida exclusivamente com água de coco natural; não fermentada, com cheiro e sabor próprios, acondicionado em embalagens de 200 ml.	Caixa	700	R\$ 3,94	R\$ 2.758,00
2	446701	IOGURTE com polpa de frutas sabores variados, obtido pela fermentação do leite (pasteurizado ou esterilizado), por fermentos lácteos próprios, adicionado de açúcar ou polpa/suco de fruta, com corante natural e aroma idêntico ao natural isento de edulcorantes artificiais, acondicionados em embalagens plásticas, frasco de 170 ml.	Frasco	500	R\$ 5,01	R\$ 2.505,00
3	279262	CANJICA DE MILHO - acondicionada em embalagem de 500 g, AMARELA.	Pacote	300	R\$ 6,49	R\$ 1.947,00
					VALOR TOTAL	R\$ 7.210,00

EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTE NOS ANEXOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA E O RESPECTIVO CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAIS (CATMAT) DO COMPRASNET, PREVALECEM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA

10. Adequação orçamentária

10.1. Em contratações que utilizam o Sistema de Registro de Preços, são dispensados da instrução do Processo os atestados sobre a existência de créditos, conforme dispõe no artigo 21 §1º do DECRETO Nº 2.120, DE 28 DE MARÇO DE 2023:

§ 1º Nas licitações para registro de preços é dispensado o atesto da existência de créditos orçamentários, sendo suficiente a indicação do código do elemento de despesa correspondente.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PCA

11.1. No ano 2024 foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2025, todavia o mesmo não previu a contratação de empresa para o **fornecimento de alimentos não perecíveis**.

11.2. A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados, para o ano de 2025 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

11.3. Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

11.4. O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em vacatio legis, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

11.5. Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual, em 2026 para valer no ano de 2027.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar I. Advertência a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

- a)** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b)** Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- c)** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- d)** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- e)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- f)** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.
- g)** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- h)** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 3% a 5% do valor do Contrato.
- i)** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10 % a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIMAR DA ROSA DUTRA

Nutricionista RT-UPA



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 11:46:30.

Despacho: Analisado por:

MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO

Supervisora de Planejamento de Compras



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 11:12:17.

Despacho: Revisado por:

MARCIO ROMEIRO DE AVILA

Coordenador de Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 11:18:53.

Despacho: Autorizado por:

MARIA IZABEL DE AGUIAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 17:13:39.